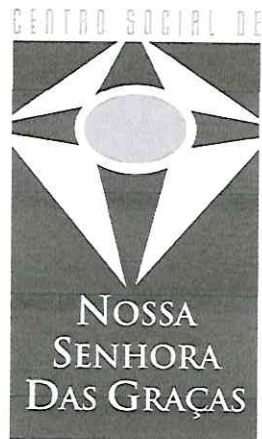


Condição
\$ \$



Relatório e Contas

Período de 2022

Índice

Relatório de Gestão.....	4
1. Introdução	4
2. Evolução de rendimentos e ganhos.....	4
3. Evolução de gastos e perdas.....	5
4. Investimentos	6
5. Acontecimentos após a data do Balanço.....	6
6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal.....	6
7. Notas finais	7
Balanço	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	10
Demonstração De Fluxos de Caixa	12
8. Identificação da Entidade	13
9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	13
10. Principais Políticas Contabilísticas	13
10.1. Bases de Apresentação	14
10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	15
11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	20
12. Ativos Fixos Tangíveis	20
13. Inventários	21
14. Rédito.....	21
15. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	21
16. Benefícios dos empregados.....	21
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
18. Outras Informações	22
18.1. Investimentos Financeiros.....	22
18.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	22
18.3. Clientes e Utentes.....	22
18.4. Outras contas a receber.....	23
18.5. Outros ativos financeiros	23
18.6. Caixa e Depósitos Bancários	23
18.7. Fundos Patrimoniais	23
18.8. Fornecedores	23

Handwritten signature and initials in blue ink.

18.9. Estado e Outros Entes Públicos	23
18.10. Outras Contas a Pagar	24
18.11. Diferimentos	24
18.12. Fornecimentos e serviços externos	24
18.13. Outros rendimentos e ganhos	25
18.14. Outros gastos e perdas	25
18.15. Resultados Financeiros	25
18.16. Acontecimentos após data de Balanço	25

Condições
ES

Relatório de Gestão

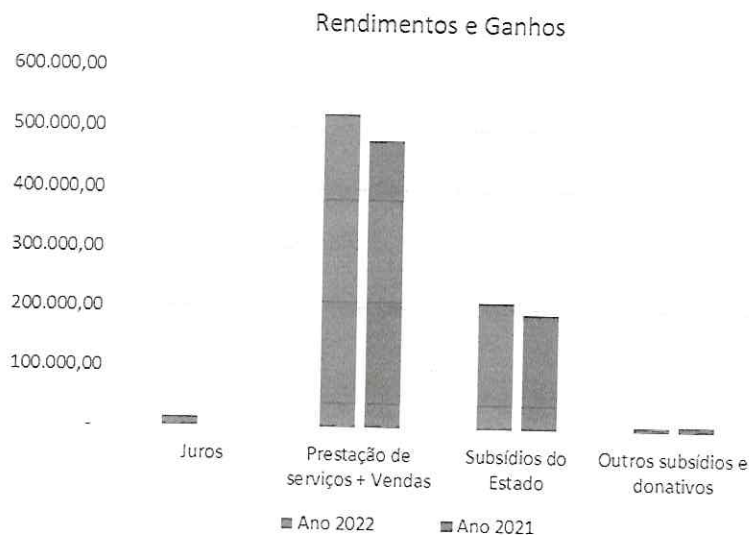
1. Introdução

O Centro Social Nossa Senhora das Graças é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, propriedade da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, Instituto Religioso de Vida Apostólica e de Direito Pontifício. A instituição, fundada em 1995, funciona atualmente com duas valências, um Centro de Dia e uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Durante o ano 2022, o Centro Social Nossa Senhora das Graças acolheu um número superior de utentes face ao ano transato. Como poderemos verificar na exposição apresentada a seguir, este aumento provocou variações tanto na faturação registada como nos gastos incorridos.

2. Evolução de rendimentos e ganhos

Durante o ano 2022 o Centro Social Nossa Senhora das Graças registou um aumento da faturação em resultado do aumento de utentes. Adicionalmente, a Instituição recebeu 207.467 euros da Segurança Social.



O quadro abaixo apresenta a variação ocorrida no período. Como podemos constatar, em termos totais, a variação ocorrida ainda que pouco significativa em valor, é de aproximadamente 11%.

Rendimentos	2022	2021	Variação \$	Variação %
Juros	15.144,24	493,90	14.650,34	2966%
Prestação de serviços + Vendas	522.045,34	480.674,10	41.371,24	9%
Subsídios do Estado e outros entes públicos	213.773,16	193.783,24	19.989,92	10%
Outros subsídios e donativos	8.278,97	9.556,01	(1.277,04)	-13%
Total	759.241,71	684.507,25	74.734,46	11%

3. Evolução de gastos e perdas

A estrutura de gastos manteve-se inalterada durante o ano 2022. Os Gastos com pessoal e os fornecimentos e serviços externos continuam a representar a maior fatia dos gastos com um peso de 29% e 52%, respetivamente, na totalidade dos gastos.



Em termos totais, os gastos incorridos sofreram um aumento com exceção dos Outros Gastos e Perdas. Ainda que com pesos diferentes, os gastos acompanharam o aumento de utentes, mas também o aumento generalizado dos preços dos bens e serviços. Quanto aos Gastos com pessoal, o aumento resulta do ajustamento salarial e da contratação de mais funcionários. Já as depreciações, face ao reduzido investimento, tendencialmente diminuem à medida que os ativos se vão encontrando totalmente depreciados.

Confirmação
88
3

	2022	2021	Variação €	Variação %
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	43.963,54	43.814,22	149,32	0%
Fornecimentos e serviços externo	206.979,21	204.207,23	2.771,98	1%
Gastos com pessoal	381.225,58	345.663,87	35.561,71	10%
Outros gastos e perdas	7.821,71	7.176,34	645,37	9%
Depreciações e amortizações	94.095,56	94.770,26	(674,70)	-1%
Total	734.085,60	695.631,92	38.453,68	6%

4. Investimentos

Durante o período não se registou um significativo investimento em ativos fixos, nem está previsto investimento futuro.

Investimentos/Desinvestimentos	2022	2021	Variação €
Equipamento Básico	-	7.634,39	(7.634,39)
Equipamento Administrativo	1.192,75	1.051,90	140,85
Outros ativos fixos	10.029,05	14.147,57	(4.118,52)
Total	11.221,80	22.833,86	(11.612,06)

5. Acontecimentos após a data do Balanço

Não se registaram quais factos que possam colocar em causa as demonstrações financeiras apresentadas bem como as suas notas.

6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal

A situação junto da Segurança Social e a Administração Fiscal encontra-se regularizada.

Confirmação
SS
[assinatura]

7. Notas finais

Agradecemos aos vários organismos públicos a confiança que depositaram nos nossos serviços; aos nossos fornecedores pela disponibilidade e compreensão; e aos diversos colaboradores e funcionários pelo rigor e vontade de colaboração.

Santarém, 21 de abril de 2023

Maria da Conceição Pereira de Laxalto
Maria do Sacramento Herculano Gomes
Emília do Jesus Silva

Confirmação
8
2

Balanco

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	251.091,59	333.965,35
Ativos intangíveis			-
Investimentos financeiros	11.1	4.077,64	3.639,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		255.169,23	337.604,76
Ativo corrente			
Inventários	6	5.703,90	7.247,11
Estado e outros Entes Públicos	11.9	2.247,74	2.186,36
Créditos a receber	11.4	6.655,24	764,66
Diferimentos	11.11	2.739,07	
Outros Ativos financeiros	11.5		10.000,00
Caixa e depósitos bancários	11.6	752.403,48	592.909,65
Subtotal		769.749,43	613.107,78
Total do Ativo		1.024.918,66	950.712,54
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios			
Fundos	11.7	11.964,17	11.964,17
Resultados transitados	11.7	(8.229,39)	(25.515,89)
Resultado Líquido do período		37.714,82	16.846,70
Total do capital próprio		41.449,60	3.294,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.2	871.253,64	871.253,64
Subtotal		871.253,64	871.253,64
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	15.078,30	14.080,34
Estado e outros Entes Públicos	11.9	9.154,65	7.024,22
Outros passivos financeiros	11.10	87.982,47	55.059,36
Subtotal		112.215,42	76.163,92
Total do passivo		983.469,06	947.417,56
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.024.918,66	950.712,54

Sacavém, 21 de abril de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Maria Pereira

A DIRECÇÃO

Luís da Louça
Mania do Saneamento
Emília do Jesus Silva

Condicion
B
9

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	522.045,34	480.674,10
Subsídios, doações e legados à exploração	8	222.052,13	203.339,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(43.963,54)	(43.814,22)
Fornecimentos e serviços externos	11.12	(206.979,21)	(204.207,23)
Gastos com o pessoal	9	(381.225,58)	(345.663,87)
Outros rendimentos e ganhos	11.13	12.558,71	27.971,37
Outros gastos e perdas	11.14	(7.821,71)	(7.176,34)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		116.666,14	111.123,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(94.095,56)	(94.770,26)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.570,58	16.352,80
Juros e rendimentos similares obtidos	11.15	15.144,24	493,90
Resultados antes de impostos		37.714,82	16.846,70
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		37.714,82	16.846,70

Sacavém, 21 de abril de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Patricia Jardim

A DIRECÇÃO

Isabel da Conceição Ferreira de Barros
 Maria do Socorro Maciel Gonçalves
 Emília de Jesus Silva

Bonifácio
\$ B
3

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Euros	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	11.964,17	-	-	(25.515,89)	-	-	-	16.846,70	3.294,98	3.294,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
	7	-	-	-	17.286,50	-	-	-	(16.846,70)	439,80	439,80
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				17.286,50	-	-	-	(16.846,70)	439,80	439,80
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								37.714,82	37.714,82	37.714,82
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6+7+8+10	11.964,17	-	-	(8.229,39)	-	-	-	20.868,12	41.889,40	41.449,60

Sacavém, 21 de abril de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Paícia Pádua

A DIRECÇÃO

Maria da Conceição Ferreira de Carvalho
 Maria do Socorro Macedo Gomes
 Emília de Jesus Silva

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Correção
[assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

Unidade Monetária: Euros												
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	11.964,17	-	-	(41.233,64)	-	-	-	15.717,75	(13.551,72)	-	(13.551,72)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
	7	-	-	-	15.717,75	-	-	-	(15.717,75)	-	-	-
		-	-	-	15.717,75	-	-	-	(15.717,75)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								16.846,70	16.846,70		16.846,70
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								1.128,95	16.846,70	-	16.846,70
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	11.964,17	-	-	(25.515,89)	-	-	-	1.128,95	3.294,98	-	3.294,98

Sacavém, 27 de abril de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Maria Martins

A DIRECÇÃO

Marilda Lourenço Ferreira de Lencastre
Maria do Sacramento Maciel Gonçalves
Emília de Jesus Silva

Contabilista
8
3

Demonstração De Fluxos de Caixa

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		580.033,90	501.761,07
Pagamento a fornecedores		(257.462,45)	(253.722,24)
Pagamentos ao pessoal		(367.720,21)	(327.592,45)
Caixa gerada pelas operações		(45.148,76)	(79.553,62)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		199.871,68	201.398,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		154.722,92	121.844,85
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11.444,06)	(29.101,43)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.070,73	298,66
Juros e rendimentos similares		15.144,24	493,90
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		4.770,91	(28.308,87)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		159.493,83	93.535,98
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		592.909,65	393.168,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período		752.403,48	592.909,65

Sacavém, 21 de abril de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Maria Pereira

A DIRECÇÃO

Mania da Lourenço Furtado de Almeida
Mania do Saneamento Taciul Gonçalves
Emília de Jesus Silva

Anexo

8. Identificação da Entidade

Denominação Social: Centro Social de Nossa Senhora das Graças

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

Objecto Social: Ação Social para pessoas idosas com alojamento – CAE: 85313

Sede: Quinta de São João das Areias – Rua E - Sacavém

N.º de Identificação de Pessoa Colectiva: 503 826 910

Capital Social: 11.964,17€

Constituída em 1995

9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho.

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

10. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

10.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

10.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

10.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Nota 11.10).

10.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

10.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

10.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

10.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

10.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

10.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

10.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Conexão
S S
7

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

10.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

10.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

10.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Conciliar

11. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

12. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.419.233,76					1.419.233,76
Equipamento básico	284.484,81					284.484,81
Equipamento de transporte	18.637,98					18.637,98
Equipamento administrativo	33.839,93	1.192,75		11.847,35		46.880,03
Outros Ativos fixos tangíveis	177.869,89	10.029,05		(11.847,35)		176.051,59
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.934.066,37	11.221,80	-	-	-	1.945.288,17
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.162.819,68	76.882,05				1.239.701,73
Equipamento básico	257.299,07	7.370,96				264.670,03
Equipamento de transporte	18.637,98	-				18.637,98
Equipamento administrativo	27.972,17	2.143,25				30.115,42
Outros Ativos fixos tangíveis	133.372,12	7.699,30				141.071,42
Total	1.600.101,02	94.095,56	-	-	-	1.694.196,58

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.419.233,76					1.419.233,76
Equipamento básico	276.850,42	7.634,39				284.484,81
Equipamento de transporte	18.637,98					18.637,98
Equipamento administrativo	32.788,03	1.051,90				33.839,93
Outros Ativos fixos tangíveis	163.722,32	14.147,57				177.869,89
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.911.232,51	22.833,86	-	-	-	1.934.066,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.085.937,63	76.882,05				1.162.819,68
Equipamento básico	248.843,09	8.455,98				257.299,07
Equipamento de transporte	18.637,98	-				18.637,98
Equipamento administrativo	25.876,65	2.095,52				27.972,17
Outros Ativos fixos tangíveis	126.293,02	7.079,10				133.372,12
Total	1.505.588,37	94.512,65	-	-	-	1.600.101,02

Conferido



13. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	2.695,15	39.810,17	8.556,01	7.247,11	38.136,01	4.284,32	5.703,90
Total	2.695,15	39.810,17	8.556,01	7.247,11	38.136,01	4.284,32	5.703,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				43.814,22			43.963,54
Variações nos inventários da produção				-			-

14. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	20.770,55	20.440,66
Prestação de Serviços	501.274,79	460.233,44
Prestação de Serviços	501.274,79	460.233,44
Total	522.045,34	480.674,10

15. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios ISS - Instituto Segurança Social	207.467,97	176.833,06
Subsídios - Outras entidades	6.305,19	16.950,18
Doações	8.278,97	9.556,01
Total	222.052,13	203.339,25

As doações respeitam às entregas de alimentos por parte do Banco Alimentar contra a Fome.

16. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 26 e em 31/12/2022 foi de 29.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	313.121,11	285.489,10
Encargos sobre as Remunerações	65.313,12	57.307,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.682,88	1.625,22
Outros Gastos com o Pessoal	1.108,47	1.241,95
Total	381.225,58	345.663,87

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Fundo de Compensação	4.077,64	3.639,41
Total	4.077,64	3.639,41

18.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos - PPFMNS		871.253,64	871.253,64		871.253,64	871.253,64
Total	-	871.253,64	871.253,64	-	871.253,64	871.253,64

18.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c	4.274,39	678,17
Clientes	4.274,39	678,17
Total	4.274,39	678,17

18.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Outros Devedores	2.380,85	86,49
Total	2.380,85	86,49

18.5. Outros ativos financeiros

Durante o ano 2022 a Entidade vendeu os 10.000 euros que respeitavam a obrigações.

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	1.408,90	241,54
Depósitos à ordem	590.500,42	447.268,11
Depósitos a prazo	160.494,16	145.400,00
Total	752.403,48	592.909,65

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundo	11.964,17			11.964,17
Resultados transitados	(25.515,89)	17.286,50		(8.229,39)
Total	(13.551,72)	17.286,50	-	3.734,78

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	15.078,30	14.080,34
Total	15.078,30	14.080,34

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.247,74	2.186,36
Total	2.247,74	2.186,36
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.248,50	962,75
Segurança Social	7.778,81	5.973,90
Outros Impostos e Taxas	127,34	87,57
Total	9.154,65	7.024,22

18.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		30,93		23,89
Fornecedores de Investimentos		-		-
Credores por acréscimos de gastos		57.082,95		52.845,65
Outros credores		30.868,59		2.189,82
Total	-	87.982,47	-	55.059,36

18.11. Diferimentos

A rubrica de “Diferimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Outros gastos operacionais	2.739,07	-
Total	2.739,07	-

18.12. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	74.231,97	72.014,86
Serviços especializados	53.239,47	51.492,36
Materiais	4.396,37	8.620,03
Energia e fluidos	55.695,30	46.882,34
Deslocações, estadas e transportes	43,54	5,82
Serviços diversos	19.372,56	25.191,82
Total	206.979,21	204.207,23

18.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	5.118,31	5.096,40
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.494,18	
Outros rendimentos e ganhos	4.946,22	22.874,97
Total	12.558,71	27.971,37

18.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	29,86	216,98
Perdas em inventários	2.644,65	
Outros Gastos e Perdas	5.147,20	6.959,36
Total	7.821,71	7.176,34

18.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares. Não existem gastos com juros e outros gastos similares:

Descrição	2022	2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	50,08	493,90
Outros rendimentos similares	15.094,16	
Total	15.144,24	493,90
Resultados financeiros	15.144,24	493,90

18.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sacavém, 21 de abril de 2023

Maria da Conceição Almeida de Carvalho
 Maria do Sameiro Haeid Gonçalves
 Emília de Jesus Silva